

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna para proferir reflexão acerca do crescimento do País. Na tela, ao lado da reforma da Previdência, da reforma tributária, da reforma administrativa, da revisão do pacto federativo surge o debate sobre a necessidade de desvincular verbas dos orçamentos nas três esferas de poder, visando destruir as amarras para o crescimento e desenvolvimento econômico.

Sobre esta proposta, pairam inseguranças sobre sua abrangência, visto ser limitada a poucos recursos não obrigatórios que consomem a imensa parte do orçamento, como também sobre a pecha de redução de recursos para as áreas de saúde e educação, em especial, comprometendo ainda mais os serviços prestados à população.

Especialistas afirmam que a desvinculação pode ser uma iniciativa válida, mas que certamente carece da companhia de outras mais para suprir seu limitado poder de aliviar Estados e Municípios. O Orçamento da União está 90% condicionado às despesas obrigatórias, das quais não é possível retirar os carimbos da seguridade social e da folha de pagamento de servidores.

Restaria margem muito pequena para manobra de flexibilizar os gastos. Importante não perder de vista que o desequilíbrio fiscal a ser debelado foi crescendo na mesma proporção da insatisfação da população brasileira, demandante cada vez mais de serviços nas cidades, principalmente, e que seguem carentes de quantidade, efetividade, diversidade e qualidade. O caos está estabelecido através do ciclo vicioso de aumento das obrigações estaduais e municipais em relação a áreas como saúde, segurança e educação, para falar das mais veementes, sem que haja a respectiva evolução na arrecadação destes entes federativos.

A experiência promovida em Três Rios durante os dois mandatos como Prefeito me capacita para a defesa de outro viés, diversificando alternativa para além da desvinculação. Utilizando de todas as ferramentas de desburocratização da máquina pública e estímulo à formalidade dos

empreendimentos, pudemos quintuplicar o orçamento municipal e investir acima dos índices obrigatórios em saúde e educação, até a chegada da grande crise em 2104.

Tento aqui demonstrar que a gestão municipal também deve ser responsável pelo desenvolvimento local, compreendendo que seu protagonismo na busca de recursos passa por: prover condições estruturais e fiscais para as escolhas empresariais; condicionar benefícios fiscais à contrapartidas que motivem a economia local; desburocratizar os processos de compra e pagamento, privilegiando os pequenos negócios fornecedores da compra pública. Estes se tornam os primeiros passos para que haja um ciclo virtuoso na geração de investimentos, de emprego, de renda, de arrecadação, de melhoria nos serviços, de atração de mais empresas, de satisfação da cidadania que segue retroalimentando o modelo de desenvolvimento local.

Acredito que o Congresso Nacional deve se comprometer em buscar meios que estimulem e apoiem efetivamente os Municípios na assunção de responsabilidades pela economia local como mais uma e importante forma de sustentar o desenvolvimento do País, sem o que ficaremos discutindo a distribuição do nada, enquanto esperamos a transformação cair do céu.